

ANEXO II - Condições Gerais aplicáveis às convenções de subvenção AP ou aos acordos de delegação

PARTE I: DISPOSIÇÕES COMUNS APLICÁVEIS ÀS CONVENÇÕES DE SUBVENÇÃO AP E AOS ACORDOS DE DELEGAÇÃO	2
Artigo 1: Definições	2
Artigo 2: Obrigações gerais.....	3
Artigo 3: Obrigações em matéria de informações e relatórios	4
Artigo 4: Responsabilidade perante terceiros.....	7
Artigo 5: Conflito de interesses.....	7
Artigo 6: Confidencialidade	7
Artigo 7: Proteção de dados	7
Artigo 8: Comunicação e visibilidade	7
Artigo 9: Direito de utilizar os resultados e transferência de equipamento	8
Artigo 10: Avaliação e acompanhamento da ação	9
Artigo 11: Alterações da convenção/acordo	9
Artigo 12: Suspensão	10
Artigo 13: Cessação de vigência	12
Artigo 14: Lei aplicável e resolução de litígios.....	13
Artigo 15: Recuperação.....	13
Artigo 16: Contas e arquivo	14
Artigo 17: Acesso e controlo financeiro.....	14
Artigo 18: Elegibilidade dos custos	15
Artigo 19: Pagamentos	17
Artigo 20: Montante final da contribuição da UE.....	18
PARTE II: DISPOSIÇÕES SUPLEMENTARES APLICÁVEIS UNICAMENTE AOS ACORDOS DE DELEGAÇÃO	19
Artigo 21: Publicação <i>ex post</i> das informações sobre os contratantes e os beneficiários de subvenções	19
Artigo 22: Contratação e sistema de deteção precoce e de exclusão	19
PARTE III: DISPOSIÇÕES SUPLEMENTARES APLICÁVEIS UNICAMENTE ÀS SUBVENÇÕES AP	20
Artigo 23: Ausência de lucro	20
Artigo 24: Adjudicação de contratos.....	21

PARTE I: Disposições comuns aplicáveis às convenções de subvenção AP e aos acordos de delegação

Artigo 1: Definições

Ação:	O programa ou projeto de cooperação parcial ou totalmente financiado pela UE, que é realizado pela própria organização, tal como descrito no anexo I.
Contratante:	Uma pessoa singular ou coletiva com a qual foi assinado um contrato público.
PESC:	Política Externa e de Segurança Comum da União Europeia.
Dias:	Todas as referências a «dias» dizem respeito a dias de calendário.
Data de cessação:	A data em que a convenção/o acordo termina, ou seja, o momento do pagamento do saldo por parte da autoridade contratante, em conformidade com o artigo 19 ou quando a organização reembolse quaisquer montantes pagos em excesso em relação ao montante final devido, em conformidade com o artigo 20. Se uma das partes invocar um procedimento de resolução de litígios em conformidade com o artigo 14, a data de cessação é adiada até à conclusão desse procedimento.
Ação externa da UE:	Ação financiada ao abrigo do FED, ICD, IEV, IPA II, ICSN, IEP, IP, IEDDH e seus predecessores. Todas as outras ações são políticas internas.
Beneficiário final:	Uma pessoa singular ou coletiva que, em última instância, beneficia com a ação.
Força maior:	Qualquer situação ou acontecimento imprevisível e excecional, independente da vontade das partes e não imputável a falta ou negligência de uma delas (nem de nenhum dos beneficiários de subvenções, codelegados, cobeneficiários, entidades afiliadas, contratantes, agentes ou pessoal), que impeça o cumprimento por uma delas das obrigações que lhe incumbem por força da convenção/acordo, e que não pôde ser evitado apesar das diligências empreendidas. Os defeitos de equipamento ou de material ou os atrasos na respetiva disponibilização não podem ser invocados como força maior, a menos que resultem diretamente de um caso reconhecido de força maior. Os conflitos laborais, as greves ou os problemas financeiros da organização não podem ser invocados como caso de força maior pela parte faltosa.
Indicador:	O fator quantitativo e/ou qualitativo ou uma variável que proporciona um meio simples e fiável de medir a concretização dos resultados de uma ação.
Sistema de controlo interno:	Um processo aplicável a todos os níveis da cadeia de gestão, concebido para oferecer uma garantia razoável quanto à realização dos seguintes objetivos: a) Eficácia, eficiência e economia das operações; b) Fiabilidade da comunicação de informações; c) Preservação dos ativos e das informações; d) Prevenção, deteção, correção e seguimento das fraudes e irregularidades; e) Gestão adequada dos riscos relativos à legalidade e regularidade das operações financeiras, tendo em conta o carácter plurianual dos programas e a natureza dos pagamentos em causa.
Produto:	Os efeitos prováveis ou alcançados a curto e médio prazo das realizações de uma ação.
Realização:	Os produtos, bens de capital e serviços resultantes das atividades de uma ação.
Contrato público:	Um contrato assinado entre a organização, um cobeneficiário, um codelegado, ou uma entidade afiliada e um contratante nos termos do qual o contratante presta serviços, fornecimentos ou obras.
Resultado:	As realizações ou o produto resultantes de uma ação.
Regulamentos e disposições:	Regulamentação, regras, diretivas em matéria de organização, instruções e outras partes do quadro regulamentar da organização.
Boa gestão financeira:	Princípio subjacente à execução do presente acordo, nomeadamente os princípios de economia, eficácia e eficiência (incluindo no que diz respeito ao controlo interno). O princípio da economia exige que os meios utilizados para executar a ação sejam

disponibilizados em tempo útil, nas quantidades e qualidades adequadas e ao melhor preço. O princípio da eficácia diz respeito à consecução dos objetivos específicos fixados e à obtenção dos resultados esperados. O princípio da eficiência visa a melhor relação entre os meios utilizados e os resultados obtidos.

Definições aplicáveis unicamente aos acordos de delegação

Codelegado:	Uma entidade que executa parte da ação e é parte no acordo de delegação pertinente em conjunto com a organização. Os codelegados em conjunto com a organização são referidos como «delegados».
Sistema de alerta precoce e exclusão	Sistema criado pelo Regulamento (UE, Euratom) n.º 2015/1929, de 28 de outubro de 2015, relativo às disposições financeiras aplicáveis ao orçamento geral da União (JO L 286 de 30.10.2015, p. 1), que inclui informações sobre a deteção precoce de riscos que ameaçam os interesses financeiros da UE, sobre os casos de exclusão do financiamento da UE de pessoas singulares e coletivas e sobre os casos de aplicação de sanções financeiras.
Subvenção:	Uma participação financeira direta por meio de donativo dado pela organização ou pelo codelegado para financiar atividades de terceiros.
Beneficiário da subvenção:	Uma pessoa singular ou coletiva à qual foi concedida uma subvenção. Os beneficiários de subvenções podem conceder subsubvenções e adjudicar contratos para a execução das suas atividades.
Ação multidoadores:	Uma ação cofinanciada pela contribuição da UE (quer tenha ou não um destino determinado) e outro(s) doador(es).

Definições aplicáveis unicamente às convenções de subvenção AP

Entidade afiliada:	Uma entidade com uma ligação estrutural com a organização ou um cobeneficiário, em especial um vínculo jurídico ou de capital, e que executa parte da ação.
Cobeneficiário:	Uma entidade que executa parte da ação e é parte na convenção em conjunto com a organização. A organização assina a convenção também em nome dos cobeneficiários.

Artigo 2: Obrigações gerais

Execução da ação

- 2.1 A organização é responsável pela execução da ação descrita no anexo I da convenção/acordo, independentemente de as atividades serem realizadas pela própria organização, por uma entidade afiliada, um contratante ou um beneficiário de subvenção. As duas partes procurarão reforçar os contactos entre si com vista a promover o intercâmbio de informações durante a execução da ação. Para este efeito, a organização e a autoridade contratante devem participar nas reuniões de coordenação e noutras atividades comuns organizadas conjuntamente, e a organização convidará a Comissão Europeia a participar em qualquer comité de doadores que possa ser constituído no âmbito da ação.

Responsabilidade

- 2.2 A organização é responsável pelo cumprimento das obrigações decorrentes da presente convenção/acordo com o devido grau profissional de cuidado e diligência, o que significa que deve aplicar o mesmo nível de dever e cuidado que aplica na gestão dos seus fundos próprios.
- 2.3 No âmbito dos acordos de delegação, a organização tem plena responsabilidade financeira perante a autoridade contratante por todos os fundos, incluindo os indevidamente pagos aos contratantes ou beneficiários de subvenções, ou por eles incorretamente utilizados. A organização toma as medidas

necessárias para prevenir, detetar e corrigir as irregularidades e as fraudes aquando da execução da ação. Para o efeito, a organização deve realizar, em conformidade com o princípio da proporcionalidade e os seus regulamentos e disposições positivamente avaliados, controlos *ex ante* e/ou *ex post*, incluindo, se for caso disso, verificações no local de amostras representativas e/ou baseadas no risco das transações, a fim de assegurar que a ação financiada pela UE é efetivamente realizada e corretamente executada. A organização deve informar a Comissão Europeia sobre as irregularidades e fraudes detetadas na gestão dos fundos da UE e as medidas tomadas. Quando os fundos tiverem sido indevidamente pagos ou incorretamente utilizados pelos contratantes ou beneficiários de subvenções, a organização deve tomar todas as medidas aplicáveis em conformidade com os seus próprios regulamentos e disposições para recuperar esses fundos, incluindo, se adequado, mediante a interposição de um recurso contencioso e pela apresentação de queixas contra os seus contratantes ou beneficiários de subvenções à autoridade contratante ou à Comissão Europeia. Sempre que a organização tenha esgotado tais medidas e a não recuperação não seja o resultado de erro ou negligência por parte da organização, a autoridade contratante terá em conta os montantes que não possam ser recuperados junto dos contratantes e/ou beneficiários de subvenções como custos elegíveis da ação.

Outras obrigações

- 2.4 A organização compromete-se a garantir que as obrigações estabelecidas na presente convenção/acordo, nos termos do artigo 2.6, artigo 5 - Conflito de interesses, artigo 7 - Proteção de dados, artigo 8 - Comunicação e visibilidade, artigo 16 - Contas e arquivo e artigo 17 - Acesso e controlo financeiro, se aplicam, se for caso disso, a todos os contratantes e beneficiários de subvenções.
- 2.5 A organização deve notificar a autoridade contratante e a Comissão Europeia sem demora de qualquer alteração substancial das regras, procedimentos e sistemas aplicados durante a execução da ação. Esta obrigação aplica-se, nomeadamente: i) às alterações substanciais que afetam a avaliação dos pilares de que foi objeto a organização; ou ii) às alterações que possam afetar as condições de elegibilidade previstas nos instrumentos jurídicos aplicáveis da UE. As partes devem envidar todos os esforços para resolver amigavelmente os eventuais problemas resultantes de tais alterações. A autoridade contratante reserva-se o direito de adotar ou exigir medidas adicionais em resposta à essas alterações. Caso não se chegue a acordo entre as partes sobre tais medidas ou outras soluções, qualquer das partes pode denunciar a convenção/acordo, em conformidade com o disposto no artigo 13.3.
- 2.6 A organização deve promover o respeito dos direitos humanos e cumprir a legislação aplicável no domínio do ambiente, incluindo os acordos ambientais multilaterais, bem como as normas laborais fundamentais acordadas internacionalmente.
- 2.7 Caso a Comissão Europeia não seja a autoridade contratante, não é parte na presente convenção/acordo, que só lhe confere direitos e obrigações se tal for explicitamente mencionado. Esta disposição é sem prejuízo do papel da Comissão Europeia de promover uma interpretação uniforme das disposições da presente convenção/acordo.

Artigo 3: Obrigações em matéria de informações e relatórios

Questões gerais

- 3.1 A organização deve transmitir à autoridade contratante todas as informações relativas à execução da ação. Para o efeito, a organização deve inserir no anexo I um plano de trabalho pelo menos para o primeiro ano do período de implementação (ou para todo o período de implementação se este for inferior a um ano). A organização deve apresentar à autoridade contratante relatório(s) intercalar(es) e um relatório final, em conformidade com as disposições que se seguem. Estes relatórios são constituídos por uma parte narrativa e uma parte financeira.
- 3.2 Cada relatório, quer intercalar quer final, deve contemplar todos os aspetos pertinentes da execução da ação durante o período abrangido. O relatório deve descrever a execução da ação de acordo com as atividades previstas no anexo I, bem como o grau em que os resultados foram atingidos (realizações e produto), medido pelos indicadores correspondentes. O relatório deve ser estruturado de forma a

permitir o acompanhamento do(s) objetivo(s), dos meios previstos e utilizados. O nível de pormenor dos relatórios deve corresponder ao dos anexos I e III.

- 3.3 Quando a ação da organização dure mais tempo do que o período de implementação da presente convenção/acordo, a autoridade contratante pode solicitar, para além dos relatórios finais a apresentar em aplicação do artigo 3.8, os relatórios finais da ação, logo que estejam disponíveis.
- 3.4 Os relatórios alternativos ou complementares eventualmente exigidos devem ser especificados nas Condições Especiais.
- 3.5 A autoridade contratante pode solicitar a qualquer momento informações complementares, indicando as razões do seu pedido. Sob reserva dos regulamentos e disposições da organização, essa informação deve ser fornecida no prazo de 30 dias a contar da data de receção do pedido. A organização pode apresentar um pedido fundamentado para prorrogar o prazo de 30 dias.
- 3.6 A organização notifica a autoridade contratante sem demora de quaisquer circunstâncias suscetíveis de afetar negativamente a execução e a gestão da ação ou de atrasar ou pôr em causa a realização das atividades.

Conteúdo dos relatórios

- 3.7 O(s) relatório(s) intercalar(es) deve(m) incidir diretamente na presente convenção/acordo e incluir, no mínimo, os seguintes elementos:
- a) Resumo e contexto da ação;
 - b) Resultados efetivos: um quadro atualizado com base numa matriz do quadro lógico, designadamente relatórios dos resultados obtidos pela ação (realizações ou produto) de acordo com os indicadores correspondentes, orientações e objetivos acordados e fontes de dados pertinentes;
 - c) Atividades realizadas no decurso do período de relato (isto é, diretamente relacionadas com a ação e descritas na presente convenção/acordo);
 - d) Informações sobre as dificuldades encontradas e medidas tomadas para as ultrapassar e eventuais alterações introduzidas;
 - e) Informações sobre a execução do Plano de Visibilidade e Comunicação (anexo VI) e quaisquer medidas adicionais tomadas para assegurar a identificação da UE como fonte de financiamento;
 - f) Informações sobre os custos incorridos, bem como os compromissos jurídicos assumidos pela organização durante o período de relato;
 - g) Um resumo dos controlos efetuados, no caso de haver algum no âmbito das convenções de subvenções AP, e dos relatórios de auditoria finais disponíveis, em conformidade com a política da organização em matéria de divulgação desses controlos e relatórios de auditoria. Nos casos em que foram identificados erros e deficiências nos sistemas, é necessário apresentar a análise da sua natureza e extensão, bem como informações sobre as medidas corretivas tomadas ou previstas;
 - h) Se for caso disso, um pedido de pagamento;
 - i) Um plano de trabalho e um orçamento previsional para o período de referência seguinte.
- 3.8 O relatório final deve cobrir a totalidade do período de implementação e incluir:
- a) Todas as informações solicitadas no artigo 3.7, alíneas a) a h);
 - b) Um resumo das receitas da ação, dos pagamentos recebidos e dos custos elegíveis incorridos;
 - c) Se for caso disso, uma panorâmica geral de quaisquer fundos indevidamente pagos ou incorretamente utilizados que a organização tenha ou não podido recuperar ela própria;
 - d) No âmbito de um acordo de delegação, a ligação exata à página *Web* em que, em conformidade com o artigo 21.1, estão disponíveis os dados relativos aos beneficiários de subvenções e aos contratantes;
 - e) Para as ações externas da UE e a PESC, se for caso disso, os dados relativos às transferências de equipamentos, veículos e restante material importante a que se refere o artigo 9;
 - f) No caso de ações multidoadores e em que a contribuição da UE não está afetada a um destino específico, uma confirmação da organização de que um montante correspondente ao pago pela autoridade contratante foi utilizado em conformidade com as obrigações previstas na presente convenção/acordo e de que os custos que não eram aceitáveis pela autoridade contratante foram cobertos por contribuições de outros doadores.

- 3.9 A organização deve apresentar um relatório para cada período de relato, tal como especificado nas Condições Especiais, a partir do início do período de implementação, salvo disposição em contrário das Condições Especiais¹. Os relatórios narrativo e financeiro abrangem a totalidade da ação, independentemente de esta ser total ou parcialmente financiada por fundos da UE. Os relatórios intercalares devem ser apresentados no prazo de 60 dias após o final do período abrangido pelo relatório. No que diz respeito às ações externas da UE e à PESC, o relatório final deve ser apresentado, o mais tardar, seis meses após o termo do período de implementação. No que se refere às ações internas, o relatório final deve ser apresentado, o mais tardar, três meses após o termo do período de implementação.

Declaração de gestão e parecer de auditoria ou de controlo no âmbito dos acordos de delegação

Declaração de gestão

- 3.10 Cada relatório intercalar ou final deve ser acompanhado de uma declaração de gestão em conformidade com o modelo constante do anexo VII, exceto se, nos domínios das ações externas da UE e da PESC, o artigo 1.5 das Condições Especiais estipular que deve ser enviada uma declaração anual de gestão à sede da Comissão Europeia separadamente dos relatórios previstos no presente acordo.

Parecer de auditoria ou de controlo de organizações não internacionais

- 3.11 No caso de não se tratar de uma organização internacional, o parecer de auditoria ou de controlo deve ser elaborado em conformidade com as normas de auditoria internacionalmente aceites e determinar se as contas oferecem uma imagem verdadeira e fiável, se os sistemas de controlo em vigor funcionam corretamente e se as operações subjacentes são geridas em conformidade com as disposições do presente acordo. O parecer deve indicar igualmente se o trabalho de auditoria põe em causa as afirmações constantes da declaração de gestão acima referida.
- 3.12 Esse parecer de auditoria ou de controlo deve ser dado no prazo de um mês após o envio da declaração de gestão com cada relatório intercalar ou relatório final, a menos que, no domínio das ações externas da UE, o artigo 1.5 das Condições Especiais estabeleça que a declaração de gestão e o parecer de auditoria ou de controlo sejam enviados anualmente à sede da Comissão Europeia separadamente dos relatórios previstos no presente acordo.

Moeda de relato

- 3.13 Os relatórios são apresentados na moeda do acordo, tal como especificado no artigo 3 das Condições Especiais.
- 3.14 A organização deve converter os compromissos jurídicos, as receitas da ação e os custos incorridos noutras moedas que não a moeda de contabilidade da organização de acordo com as suas práticas contabilísticas habituais.

Incumprimento das obrigações de comunicação de informações

- 3.15 Se a organização não puder apresentar um relatório intercalar ou final e os documentos que o acompanham até ao final do prazo fixado no artigo 3.9, deve informar por escrito a autoridade contratante dos motivos que a impediram de o fazer e apresentar uma síntese do estado de adiantamento da ação e, se for caso disso, um projeto de plano de trabalho para o período seguinte. Se a organização não cumprir esta obrigação durante dois (2) meses, a contar do termo do prazo estabelecido no artigo 3.9, a autoridade contratante pode denunciar o acordo em conformidade com o disposto no artigo 13, recusar-se a pagar os montantes pendentes e proceder à recuperação dos montantes indevidamente pagos.

¹ Para as ações externas e a PESC, por norma, o período de relato é de 12 em 12 meses a partir do início do período de implementação.

Artigo 4: Responsabilidade perante terceiros

- 4.1 A Comissão Europeia não pode, em caso algum, seja qual for o motivo, ser considerada responsável por danos ou prejuízos sofridos pelo pessoal ou pelos bens da organização durante a execução da ação ou em consequência da mesma. A Comissão Europeia não pode, portanto, aceitar qualquer pedido de indemnização ou de pagamento adicional por estes motivos.
- 4.2 A Comissão Europeia não pode, em caso algum, seja qual for o motivo, ser considerada responsável perante terceiros, nomeadamente por danos ou prejuízos de qualquer natureza que lhes sejam causados, relacionados ou decorrentes da execução da ação.
- 4.3 A organização exonera a Comissão Europeia de qualquer responsabilidade relacionada com eventuais reclamações ou ações judiciais resultantes da infração a regulamentos e disposições da organização cometida pela própria organização, pelos seus empregados ou por pessoas sob a responsabilidade destes últimos, bem como da violação dos direitos de terceiros no contexto da execução da ação.

Artigo 5: Conflito de interesses

- 5.1 A organização deve abster-se, em conformidade com os seus regulamentos e disposições, de qualquer ação suscetível de originar um conflito de interesses.
- 5.2 Existe conflito de interesses sempre que esteja comprometido o exercício imparcial e objetivo das funções de um interveniente que aplica o acordo.

Artigo 6: Confidencialidade

- 6.1 A autoridade contratante e a organização comprometem-se ambas a preservar a confidencialidade de qualquer documento, informação ou outro material diretamente relacionado com a execução da ação considerado confidencial. O caráter confidencial de um documento não impede a sua comunicação a um terceiro a título confidencial, quando as regras que vinculam as partes, ou a Comissão Europeia, se esta não for a autoridade contratante, assim o exijam. Em caso algum a divulgação pode comprometer os privilégios e imunidades das partes ou a segurança e proteção do seu pessoal, dos contratantes ou dos beneficiários finais da ação.
- 6.2 Cada uma das partes deve obter o consentimento prévio por escrito da outra parte, antes de divulgar essas informações confidenciais, a menos que:
 - a) A parte que comunica aceite desvincular a outra parte das obrigações de confidencialidade anteriores; ou
 - b) As informações confidenciais se tornem públicas por outros meios que não a violação da obrigação de confidencialidade pela parte vinculada por essa obrigação; ou
 - c) A divulgação das informações confidenciais seja exigida por lei ou pelos regulamentos e disposições estabelecidos em conformidade com o documento constitutivo de base de qualquer das partes.
- 6.3 As partes continuam sujeitas às normas de confidencialidade durante cinco anos após a data de cessação da convenção/acordo ou durante um período mais longo definido pela parte que comunica no momento da comunicação.
- 6.4 Se a Comissão Europeia não for a autoridade contratante, deve, não obstante, dispor do acesso a todos os documentos comunicados à autoridade contratante e garantir o mesmo nível de confidencialidade.

Artigo 7: Proteção de dados

A organização deve assegurar uma proteção adequada dos dados pessoais em conformidade com os seus regulamentos e disposições aplicáveis.

Artigo 8: Comunicação e visibilidade

- 8.1 A organização deve executar o Plano de Comunicação e Visibilidade especificado no anexo VI.
- 8.2 Salvo pedido ou acordo em contrário por parte da Comissão Europeia, a organização deve tomar todas as medidas necessárias para assegurar a visibilidade do financiamento da ação pela UE. As informações transmitidas à comunicação social e aos beneficiários finais, bem como todos os suportes

publicitários, anúncios oficiais, relatórios e publicações, devem mencionar o facto de a ação ter sido realizada «com financiamento da União Europeia» e exibir de forma adequada o logótipo da UE (doze estrelas amarelas sobre fundo azul). As publicações pela organização relativas à ação, independentemente da forma e do suporte utilizados, incluindo a Internet, devem incluir a seguinte declaração de exoneração de responsabilidade: «Este documento foi elaborado com a participação financeira da União Europeia. As opiniões nele expressas não refletem necessariamente a posição oficial da União Europeia». No caso das ações externas da UE e da PESC, essas medidas devem ser tomadas em conformidade com o manual de comunicação e visibilidade² publicado pela Comissão Europeia ou com quaisquer outras orientações acordadas entre a Comissão Europeia e a organização.

- 8.3 Se, durante a execução da ação, forem adquiridos equipamentos, veículos ou material importante utilizando fundos disponibilizados pela UE, a organização deve indicá-lo de forma apropriada, designadamente neles apondo o logótipo da UE (doze estrelas amarelas sobre fundo azul). Se tal indicação for suscetível de pôr em causa os privilégios e imunidades da organização ou a segurança do seu pessoal ou dos beneficiários finais, a organização deve propor procedimentos alternativos adequados. O reconhecimento e o logótipo da UE devem ser suficientemente grandes e proeminentes para assegurar claramente a sua visibilidade, de modo a não gerar qualquer confusão no que se refere à identificação da ação enquanto atividade da organização ou à propriedade dos equipamentos, veículos e material importante por parte da organização.
- 8.4 No caso das ações externas da UE e da PESC, se, em aplicação do artigo 9.5, os equipamentos, veículos ou restante material importante adquiridos utilizando fundos da UE não tiverem sido transferidos para as autoridades locais, os cobeneficiários locais, os beneficiários de subvenções locais ou os beneficiários finais aquando da apresentação do relatório final, os requisitos de visibilidade relativos a estes equipamentos, veículos ou material importante (em especial, a exibição do logótipo da UE) devem continuar a aplicar-se entre a data da apresentação do relatório final e a da conclusão da ação, se esta última for posterior. Sempre que a organização conservar a propriedade, em conformidade com o artigo 9.6, os requisitos de visibilidade devem continuar a ser aplicáveis enquanto os equipamentos, veículos ou material importante restante forem utilizados pela organização.
- 8.5 Salvo disposição em contrário nas Condições Especiais, caso existam riscos de divulgação que ameacem a segurança da organização ou prejudiquem os seus interesses, a Comissão Europeia e a autoridade contratante (caso não seja a Comissão Europeia) pode publicar, sob qualquer forma e em qualquer suporte, incluindo nos seus sítios *Web*, o nome e o endereço da organização, bem como o objetivo e o montante da contribuição da UE.
- 8.6 A organização deve assegurar-se de que os relatórios, as publicações, os comunicados de imprensa e as atualizações relativos à ação são comunicados aos destinatários indicados nas Condições Especiais à medida que forem publicados.
- 8.7 As partes consultam-se imediatamente e envidam esforços no sentido de corrigir as eventuais deficiências detetadas na aplicação dos requisitos de visibilidade previstos no presente artigo. Tal ocorre sem prejuízo para as medidas que a autoridade contratante pode tomar em caso de violação substancial de uma obrigação.

Artigo 9: Direito de utilizar os resultados e transferência de equipamento

Direito de utilização

- 9.1 A propriedade dos resultados da ação não deve reverter para a autoridade contratante. Sem prejuízo do disposto no artigo 6, a organização deve conceder e tomar as medidas necessárias para assegurar que qualquer terceiro interessado concede à autoridade contratante (e à Comissão Europeia, se esta não for a autoridade contratante) o direito de utilizar gratuitamente os resultados da ação, incluindo os relatórios e outros documentos relacionados que são objeto de direitos de propriedade industrial ou intelectual.

² Manual de comunicação e visibilidade para as ações externas da União Europeia, disponível em:
https://ec.europa.eu/europeaid/funding/communication-and-visibility-manual-eu-external-actions_en

- 9.2 Se os resultados referidos no artigo 9.1 incluírem os direitos preexistentes e a organização não puder conceder à autoridade contratante (e à Comissão Europeia, se esta não for a autoridade contratante) o direito de utilizar esses resultados, a organização deverá informar desse facto por escrito a autoridade contratante (e a Comissão Europeia, se esta não for a autoridade contratante).

Transferência (unicamente para as ações externas da UE e a PESC)

- 9.3 No domínio das ações externas da UE e da PESC, os equipamentos, veículos e restante material importante adquiridos com a contribuição da UE no âmbito da ação devem ser transferidos ou permanecer com as autoridades locais, os cobeneficiários locais, os beneficiários de subvenções locais ou os beneficiários finais, o mais tardar aquando da apresentação do relatório final.
- 9.4 A prova documental dessas transferências não deve ser apresentada com o relatório final, mas ser conservada para verificação durante todo o período e juntamente com os documentos mencionados no artigo 16.2.
- 9.5 Em derrogação do disposto no artigo 9.3, os equipamentos, veículos e restante material importante adquiridos com a contribuição da UE no âmbito das ações que se prolonguem para além do termo do período de implementação podem ser transferidos no final da ação. A organização compromete-se a utilizar os equipamentos, veículos e restante material importante em favor dos beneficiários finais. A organização deve informar a autoridade contratante da utilização final dos equipamentos, veículos e restante material importante no relatório final.
- 9.6 Caso não existam autoridades locais, cobeneficiários locais, beneficiários de subvenções locais ou beneficiários finais para os quais os equipamentos, veículos e restante material importante possam ser transferidos, a organização pode transferir esses bens para outra ação financiada pela UE ou ainda, excecionalmente, conservar a propriedade dos equipamentos, veículos e restante material importante no final da ação. Nesses casos, deve apresentar um pedido por escrito justificado, incluindo um inventário dos bens em causa e uma proposta relativa à sua utilização, em momento oportuno, e o mais tardar aquando da apresentação do relatório final. A afetação final não pode, de forma alguma, pôr em causa a sustentabilidade da ação.

Artigo 10: Avaliação e acompanhamento da ação

- 10.1 A organização convida os representantes da autoridade contratante e da Comissão Europeia a participar nas suas próprias despesas no âmbito das principais missões de acompanhamento e de avaliação dos resultados da ação. A organização comunica os resultados destas missões à Comissão Europeia.
- 10.2 O estipulado no artigo 10.1 aplica-se sem prejuízo de qualquer missão de avaliação ou de acompanhamento que a Comissão Europeia, na qualidade de doador, ou a autoridade contratante, a expensas suas, deseje efetuar. As missões de avaliação e de acompanhamento dos representantes da Comissão Europeia ou da autoridade contratante devem ser planeadas com antecedência e realizadas num espírito de colaboração entre o pessoal da organização e os representantes da Comissão Europeia (ou da autoridade contratante), não esquecendo o compromisso assumido pelas partes de assegurar uma execução eficaz e eficiente da convenção/acordo. A Comissão Europeia (ou a autoridade contratante) e a organização devem chegar previamente a acordo sobre os aspetos processuais. A Comissão Europeia (ou a autoridade contratante) transmite à organização o projeto de relatório elaborado durante a missão de avaliação ou de acompanhamento para que esta formule as suas observações antes da publicação do relatório final. A Comissão Europeia (ou a autoridade contratante) envia o relatório final à organização após a sua publicação.

Artigo 11: Alterações da convenção/acordo

- 11.1 Qualquer alteração da presente convenção/acordo, incluindo dos seus anexos, deve ser efetuada por escrito numa adenda assinada por ambas as partes. A presente convenção/acordo só pode ser alterada(o) antes da data de cessação.
- 11.2 A parte requerente deve solicitar por escrito qualquer alteração 30 dias antes da data prevista para a sua entrada em vigor e, o mais tardar, 30 dias antes da data de cessação, a menos que existam circunstâncias especiais, devidamente justificadas e aceites pela outra parte. A outra parte deve

notificar a sua decisão sobre a alteração proposta logo que possível, o mais tardar 30 dias a contar da data em que recebeu o pedido de alteração.

- 11.3 Em derrogação aos artigos 11.1 e 11.2, sempre que uma alteração do anexo I e/ou do anexo III não afete a principal finalidade da ação, ou seja, os seus objetivos, estratégia e domínios prioritários, e que as consequências financeiras se limitem a uma transferência no interior de uma mesma rubrica orçamental, incluindo a anulação ou a introdução de um número orçamental, ou a uma transferência entre rubricas orçamentais que implique uma variação (em termos cumulativos, se for caso disso) inferior ou igual a 25 % do montante inicialmente inscrito (ou alterado por uma adenda escrita) em relação a cada rubrica em causa, a organização pode alterar unilateralmente o anexo I e/ou o anexo III, devendo desse facto informar por escrito a autoridade contratante, o mais tardar no relatório seguinte. A organização pode igualmente alterar unilateralmente os indicadores e as respetivas metas, os cenários de base e as fontes de verificação descritos no quadro lógico, se a alteração não afetar o principal objetivo da ação.
- 11.4 O método descrito no artigo 11.3 não pode ser utilizado para alterar a reserva para imprevistos, nem a taxa de remuneração/custos indiretos ou os montantes ou taxas de opções de custos simplificados. No âmbito de uma convenção de subvenção AP, as alterações não devem ter por objetivo ou efeito introduzir essas alterações na convenção, pois tal poria em causa a decisão de concessão da subvenção, nem, se for caso disso, infringir o princípio da igualdade de tratamento dos requerentes.
- 11.5 O anexo VI pode ser alterado pela organização, com o acordo da Comissão Europeia, sem necessidade de um procedimento formal de aditamento à convenção/acordo.
- 11.6 As alterações de endereço e de conta bancária devem ser notificadas por escrito à autoridade contratante. Sempre que aplicável, as alterações de conta bancária devem ser especificadas no pedido de pagamento, utilizando-se para o efeito a ficha de identificação financeira que figura no anexo IV.

Artigo 12: Suspensão

Suspensão do prazo de pagamento

- 12.1 A autoridade contratante pode suspender o prazo de pagamento na sequência de um pedido de pagamento único, notificando à organização que:
- a) O montante não é exigível; ou
 - b) Os documentos comprovativos adequados não foram apresentados, pelo que a autoridade contratante tem de pedir esclarecimentos, alterações ou informações suplementares aos relatórios narrativos ou financeiros. Tais esclarecimentos ou informações adicionais podem, nomeadamente, ser exigidos pela autoridade contratante se esta tiver dúvidas sobre o cumprimento pela organização das obrigações que lhe incumbem no quadro da execução da ação; ou
 - c) Chegaram ao conhecimento da autoridade contratante informações credíveis que põem em dúvida a elegibilidade dos custos declarados; ou
 - d) No âmbito de um acordo de delegação, chegaram ao conhecimento da autoridade contratante informações credíveis que indicam a existência de deficiências significativas no funcionamento do sistema de controlo interno da organização ou que as despesas declaradas pela organização estão ligadas a uma grave irregularidade que não foi corrigida. Neste caso, a autoridade contratante pode suspender o prazo de pagamento se tal for necessário para impedir um prejuízo significativo para os interesses financeiros da UE.
- 12.2 Nas situações previstas no artigo 12.1, a autoridade contratante deve notificar a organização o mais rapidamente possível e, em qualquer caso, no prazo de 30 dias a contar da data em que o pedido de pagamento foi recebido, das razões da suspensão, especificando, se for caso disso, as informações adicionais solicitadas. A suspensão produz efeitos na data em que a autoridade contratante enviar a notificação, indicando as razões de tal suspensão. O prazo de pagamento recomeça a contar a partir da data em que as informações solicitadas ou os documentos revistos forem recebidos ou em que os controlos suplementares necessários forem efetuados. Se as informações ou os documentos solicitados não forem apresentados dentro do prazo fixado na notificação ou estiverem incompletos, o pagamento pode ser efetuado com base nas informações parciais disponíveis.

Suspensão da convenção/acordo pela autoridade contratante

12.3 A autoridade contratante pode suspender a aplicação da convenção/acordo, total ou parcialmente, no caso de:

- a) Ter prova de que foram cometidos erros, irregularidades, fraude ou incumprimento de obrigações substanciais pela organização no respetivo processo de seleção, na avaliação de pilares ou na execução da ação;
- b) No âmbito de um acordo de delegação, ter provas de que ocorreram erros sistémicos, que põem em causa a fiabilidade do sistema de controlo interno da organização ou a legalidade e regularidade das operações subjacentes;
- c) Dispor de provas de que a organização cometeu erros sistémicos ou recorrentes, irregularidades, fraude ou incumprimento de obrigações assumidas no âmbito de outros acordos ou convenções financiados por fundos da UE, desde que esses erros, irregularidades, fraude ou incumprimento de obrigações tenham um impacto considerável na presente convenção/acordo.

12.4 Antes da suspensão, a autoridade contratante deve notificar formalmente à organização a sua intenção de suspender, convidando a organização a apresentar observações no prazo de 10 dias a contar da receção da notificação. Se a organização não apresentar observações, ou se, após o exame das observações por ela apresentadas, a autoridade contratante decidir prosseguir a suspensão, a autoridade contratante pode suspender total ou parcialmente a execução da presente convenção/acordo com 7 dias de antecedência. Em caso de suspensão de uma parte da aplicação da convenção/acordo, mediante pedido da organização, as partes travarão debates com vista a encontrar as modalidades necessárias para prosseguir a parte da execução que não esteja suspensa. As eventuais despesas ou custos incorridos pela organização durante o período de suspensão e relacionados com a parte da convenção/acordo suspensa(o) não são reembolsados nem cobertos pela autoridade contratante. Após a suspensão da aplicação da convenção/acordo, a autoridade contratante pode denunciar a convenção/acordo em conformidade com o disposto no artigo 13.2, recuperar os montantes pagos indevidamente e/ou, de acordo com a organização, retomar a aplicação da convenção/acordo. Neste último caso, as partes alterarão a convenção/acordo sempre que necessário.

Suspensão em circunstâncias excecionais

12.5 A organização pode decidir suspender a execução da totalidade ou de parte da ação, se circunstâncias excecionais ou imprevistas independentes do controlo da organização tornarem impossível ou excessivamente difícil essa execução, como nos casos de força maior. A organização deve informar imediatamente do facto a autoridade contratante e facultar todas as informações necessárias, incluindo as medidas adotadas para minimizar os eventuais danos, bem como o efeito previsível e a data do recomeço da execução.

12.6 A autoridade contratante pode também notificar a organização da suspensão da aplicação da convenção/acordo, se circunstâncias excecionais assim o exigirem, em especial:

- a) Quando tiver sido adotada uma decisão da UE que identifique uma violação dos direitos humanos;
- b) Em casos como o de crises que impliquem uma alteração da política da UE.

12.7 Nenhuma das partes pode ser considerada responsável pelo incumprimento das suas obrigações decorrentes da convenção/acordo se tal incumprimento se dever a um caso de força maior ou a circunstâncias excecionais previstas nos artigos 12.5 e 12.6, desde que tome todas as medidas necessárias para minimizar os eventuais danos.

12.8 Nas situações previstas nos artigos 12.5 e 12.6, as partes devem reduzir ao mínimo o período de suspensão e retomar a execução da ação logo que as condições o permitam. Durante o período de suspensão, a organização tem direito ao reembolso dos custos mínimos, incluindo os novos compromissos jurídicos, necessários para o eventual recomeço da aplicação da convenção/acordo ou da ação. As partes acordam em tais custos, incluindo o reembolso dos compromissos jurídicos assumidos para a aplicação da ação antes de a notificação da suspensão ter sido recebida, os quais a organização não pode razoavelmente suspender, reafetar ou rescindir por motivos legais. Esta disposição não prejudica eventuais alterações da convenção/acordo que possam revelar-se necessárias para adaptar a ação às novas condições de execução, incluindo, se possível, a prorrogação do período de implementação e, para os acordos de delegação, o prazo de adjudicação, ou a denúncia do acordo,

em conformidade com o artigo 13.3. Em caso de suspensão por motivos de força maior ou se a ação implicar vários doadores, o prazo de adjudicação dos contratos ao abrigo dos acordos de delegação e do período de implementação é automaticamente prorrogado por um período equivalente à duração da suspensão.

Artigo 13: Cessação de vigência

- 13.1 Sem prejuízo de qualquer outra disposição das presentes Condições Gerais ou das sanções previstas no regulamento financeiro da UE, se for caso disso, e tendo em devida conta o princípio da proporcionalidade, a autoridade contratante pode denunciar a convenção/acordo se a organização:
- a) Não cumprir uma obrigação substancial que lhe incumba nos termos da convenção/acordo;
 - b) Tiver prestado declarações falsas ou incompletas para obter a contribuição da UE ou tiver apresentado relatórios que não correspondam à realidade para obter ou manter a contribuição da UE sem motivo;
 - c) For objeto de uma declaração de falência ou de um processo de liquidação ou de um processo semelhante;
 - d) Tiver cometido uma falta grave em matéria profissional, comprovada por qualquer meio justificado;
 - e) Tiver praticado fraude, corrupção ou quaisquer outras atividades ilegais lesivas dos interesses financeiros da UE com base em provas na posse da autoridade contratante;
 - f) Não cumprir as obrigações de apresentação de relatórios previstas no artigo 3.15;
 - g) Tiver cometido uma das faltas descritas no artigo 12.3, com base em provas na posse da autoridade contratante.
- 13.2 Antes de pôr termo ao acordo, em conformidade com o artigo 13.1, a autoridade contratante deve notificar formalmente a organização da sua intenção de rescisão, convidando a organização a apresentar observações (incluindo propostas de medidas corretivas) no prazo de 30 dias a contar da receção da notificação. Durante este período e até a cessação produzir efeitos, a autoridade contratante pode suspender o prazo de pagamento, em conformidade com o artigo 12.2, como medida cautelar, informando imediatamente do facto a organização por escrito. Se a organização não apresentar observações, ou se, após o exame das observações por ela apresentadas, a autoridade contratante decidir ainda assim pôr termo ao acordo, pode fazê-lo mediante aviso com 7 dias de antecedência. Durante esse período, a organização pode remeter o assunto para o diretor responsável na Comissão Europeia. Se a autoridade contratante for a Comissão Europeia, a rescisão produzirá efeitos se e quando confirmada pelo diretor. Se a autoridade contratante não for a Comissão Europeia, a remissão para o diretor responsável na Comissão Europeia não suspenderá os efeitos da decisão da autoridade contratante. Em caso de cessação, a autoridade contratante pode exigir o reembolso integral dos montantes eventualmente pagos em excesso em relação ao montante final determinado em conformidade com o artigo 20, após ter proporcionado à organização a oportunidade de apresentar as suas observações. Nenhuma das partes tem direito a pedir indemnização pela outra parte em virtude da cessação da vigência da presente convenção/acordo.
- 13.3 Se, num determinado momento, uma das partes considerar que já não é possível concretizar, de forma eficaz e adequada, o objetivo da convenção/acordo, consulta a outra parte. Caso as partes não cheguem a acordo sobre uma solução, qualquer uma das partes pode denunciar o acordo mediante um pré-aviso, por escrito, de 60 dias. Neste caso, o montante final deve abranger:
- a) O pagamento correspondente unicamente à parte da ação executada até à data da cessação;
 - b) Nas situações descritas nos artigos 12.5 e 12.6, as despesas residuais inevitáveis incorridas durante o período de pré-aviso; e
 - c) Nas situações descritas no artigos 12.5 e 12.6, o reembolso dos compromissos jurídicos assumidos pela organização no âmbito de um acordo de delegação para a execução da ação antes da notificação por escrito da denúncia do acordo e aos quais a organização não possa razoavelmente pôr termo por motivos legais.
- A autoridade contratante deve recuperar a parte restante em conformidade com o artigo 15.
- 13.4 Em caso de cessação de vigência do acordo, é necessário apresentar um relatório final e um pedido de pagamento do saldo em conformidade com os artigos 3.8, 3.9 e 19. A autoridade contratante não terá de reembolsar nem cobrir quaisquer despesas ou custos que não estejam incluídos ou justificados num relatório por esta aprovado.

Artigo 14: Lei aplicável e resolução de litígios

- 14.1 As partes devem envidar todos os esforços no sentido de resolver amigavelmente qualquer litígio ou reclamação relacionados com a interpretação, aplicação ou validade da convenção/acordo, designadamente no que se refere à sua existência ou cessação.
- 14.2 Se a organização não for uma organização internacional e a Comissão Europeia for a autoridade contratante, a presente convenção/acordo é regida(o) pelo direito da UE, completado, se necessário, pelas disposições pertinentes do direito belga. Na ausência de uma resolução amigável em conformidade com o artigo 14.1, supra, o Tribunal Geral ou, em caso de recurso, o Tribunal de Justiça da União Europeia, tem competência exclusiva. Essas ações devem ser comunicadas nos termos do artigo 272.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE).
- 14.3 Se a organização não for uma organização internacional e a Comissão Europeia não for a autoridade contratante, a convenção/acordo é regida(o) pelo direito do país da autoridade contratante e os tribunais do país da autoridade contratante têm competência exclusiva, salvo acordo em contrário entre as partes. O litígio pode, de comum acordo entre as partes, ser submetido à Comissão Europeia para conciliação. Se não for encontrada uma solução no prazo de 120 dias a contar da data de início do processo de conciliação, cada parte pode notificar à outra que considera que o procedimento fracassou e submeter o litígio aos tribunais do país da autoridade contratante.
- 14.4 Se a organização for uma organização internacional:
- a) Nenhuma disposição da convenção/acordo pode ser interpretada como uma derrogação aos privilégios ou imunidades concedidos a qualquer das partes pelo respetivo estatuto, acordos de privilégios e imunidades ou pelo direito internacional.
 - b) Caso não seja possível uma resolução amigável em conformidade com o artigo 14.1 supra, qualquer litígio é resolvido por arbitragem definitiva e vinculativa em conformidade com o Regulamento Facultativo de Arbitragem do Tribunal Permanente de Arbitragem para os Estados e as organizações internacionais, em vigor na data de entrada em vigor da presente convenção/acordo. A entidade competente para proceder a nomeações é o Secretário-Geral do Tribunal Permanente de Arbitragem. O processo de arbitragem deve ter lugar em Haia e a língua utilizada nos processos de arbitragem é o inglês. A decisão do árbitro é vinculativa para todas as partes, não havendo a possibilidade de recurso.

Artigo 15: Recuperação

- 15.1 Quando um montante deva ser recuperado em conformidade com a convenção/acordo, a organização deve reembolsar à autoridade contratante o montante devido.
- 15.2 Antes da recuperação, a autoridade contratante deve notificar formalmente a organização da sua intenção de proceder à recuperação de qualquer montante indevido, especificando o montante e as razões para a recuperação e convidando a organização a apresentar eventuais observações no prazo de 30 dias a contar da data de receção da notificação. Se, após o exame das observações apresentadas pela organização ou se a organização não apresentar quaisquer observações, a autoridade contratante decidir prosseguir com o procedimento de recuperação, pode confirmar a recuperação notificando formalmente a organização. Em caso de desacordo entre a organização e a autoridade contratante sobre o montante a reembolsar, a organização pode remeter o assunto para o diretor responsável na Comissão Europeia no prazo de 30 dias. Nos casos em que a autoridade contratante é a Comissão Europeia, pode ser emitida uma nota de débito especificando as condições e a data de pagamento depois de terminado o prazo para a remissão para o diretor. Se a autoridade contratante não for a Comissão Europeia, a remissão para o diretor responsável na Comissão Europeia não impedirá a autoridade contratante de emitir a nota de débito.
- 15.3 Caso a organização não efetue o pagamento até à data fixada na nota de débito, a autoridade contratante deve proceder à recuperação do montante devido:
- a) Por compensação com eventuais montantes devidos à organização pela UE;
 - b) Intentando uma ação judicial em conformidade com o artigo 14.

- c) Em circunstâncias excecionais, justificadas pela necessidade de proteger os interesses financeiros da UE, a autoridade contratante pode, quando tem razões para crer que o montante devido seria perdido, proceder à recuperação por compensação antes do prazo indicado na nota de débito, sem a aprovação prévia da organização.
- 15.4 Caso a organização não proceda ao reembolso no prazo fixado, o montante devido deve ser acrescido de juros de mora calculados à taxa indicada no artigo 19.5, alínea a). São devidos juros relativos ao período decorrido entre o dia seguinte ao termo do prazo de pagamento e a data em que a autoridade contratante recebe efetivamente o pagamento integral do montante em dívida. Os eventuais pagamentos parciais devem ser imputados em primeiro lugar ao pagamento dos juros de mora.
- 15.5 As despesas bancárias causadas pelo reembolso dos montantes devidos à autoridade contratante ficam exclusivamente a cargo da organização.
- 15.6 Se a Comissão Europeia não for a autoridade contratante, pode, se necessário, proceder ela própria à cobrança.
- 15.7 Nos casos em que a autoridade contratante é a Comissão Europeia, pode prescindir da recuperação, em conformidade com o princípio da boa gestão financeira e da proporcionalidade ou deve cancelar o montante em caso de erro.

Artigo 16: Contas e arquivo

Contabilidade

- 16.1 A organização mantém registos e contas precisos e sistemáticos da execução da ação. A regulamentação e as regras contabilísticas da organização aplicam-se desde que sejam conformes com as normas aceites internacionalmente. As operações financeiras e as demonstrações financeiras devem estar sujeitas aos processos de auditoria interna e externa previstos nos regulamentos e disposições da organização.

Arquivo

- 16.2 Durante um período de cinco anos a contar da data de cessação e, em qualquer caso, até que uma auditoria, verificação, recurso, litígio ou reclamação ou inquérito em curso do Organismo Europeu de Luta Antifraude (OLAF), no caso de serem notificados à organização, tiver sido concluído, a organização deve conservar e disponibilizar, em conformidade com o artigo 17, todas as informações financeiras pertinentes (originais ou cópias) relativas ao acordo e a quaisquer contratos públicos, convenções de subvenção e apoio financeiro a terceiros celebrados ao abrigo do presente acordo.

Artigo 17: Acesso e controlo financeiro

- 17.1 A organização deve permitir à Comissão Europeia e ao Tribunal de Contas Europeu, ou a qualquer representante autorizado, a realização de análises documentais e de controlos no local sobre a utilização dada à contribuição da UE com base em documentos contabilísticos comprovativos e qualquer outro documento relativo ao financiamento da ação.
- 17.2 A organização concorda que o OLAF pode realizar inquéritos, incluindo controlos no local, em conformidade com as disposições estabelecidas pelo direito da UE para a proteção dos interesses financeiros da UE contra a fraude, a corrupção e qualquer outra atividade ilegal.
- 17.3 A organização concorda que a execução do presente acordo pode ser sujeita à fiscalização do Tribunal de Contas aquando das auditorias do Tribunal de Contas da Comissão Europeia da execução das despesas da UE. Nesse caso, a organização deve fornecer ao Tribunal de Contas o acesso às informações necessárias para que o Tribunal possa desempenhar as suas funções.
- 17.4 Para o efeito, a organização compromete-se a fornecer aos funcionários da Comissão Europeia, do OLAF e do Tribunal de Contas Europeu e aos seus agentes autorizados, mediante pedido, informações e acesso a todos os documentos e dados informatizados relativos à gestão técnica e financeira das operações financiadas ao abrigo da convenção/acordo, bem como permitir-lhes o acesso aos locais e instalações em que estas operações são efetuadas. A organização toma todas as medidas necessárias para facilitar esses controlos em conformidade com os seus regulamentos e disposições. Os documentos e dados informatizados podem incluir informações que a organização considera confidenciais em conformidade com os seus próprios regulamentos e disposições estabelecidos ou tal

como regidos por acordos contratuais. Essa informação, depois de fornecida à Comissão Europeia, ao OLAF, ao Tribunal de Contas Europeu, ou a qualquer outro representante autorizado, deve ser tratada em conformidade com a legislação e as regras de confidencialidade da UE e o artigo 6. Os documentos devem ser acessíveis e classificados de forma a permitir controlos, sendo a organização obrigada a informar a Comissão Europeia, o OLAF ou o Tribunal de Contas do local exato onde estão guardados. Se for caso disso, as partes podem acordar em enviar cópias desses documentos para uma análise documental.

- 17.5 Se for caso disso, as análises documentais, as investigações e as verificações no local referidas no artigo 17.1 a 17.4 remetem para uma verificação que deve ser efetuada em conformidade com as cláusulas de verificação acordadas entre a organização e a Comissão. Tal não prejudica qualquer acordo de cooperação entre o OLAF e os organismos de luta contra a fraude da organização.
- 17.6 A Comissão Europeia deve informar a organização das missões no terreno já planeadas pelos agentes mandatados pela Comissão Europeia em momento oportuno, de modo a garantir que as questões processuais adequadas são previamente acordadas.
- 17.7 O incumprimento das obrigações fixadas no artigo 17 constitui um incumprimento de uma obrigação substancial ao abrigo da presente convenção/acordo.

Artigo 18: Elegibilidade dos custos

- 18.1 Os custos diretos elegíveis da ação são os custos que satisfazem todos os seguintes critérios:
- a) Serem necessários para realizar a ação, a ela diretamente imputáveis, resultantes diretamente da sua execução e cobrados proporcionalmente à sua real utilização.
 - b) Serem incorridos em conformidade com as disposições da presente convenção/acordo.
 - c) Serem efetivamente incorridos pela organização, ou seja, representarem despesas reais definitiva e efetivamente suportadas pela organização, sem prejuízo do artigo 18.5.
 - d) Serem razoáveis, justificados e respeitarem o princípio da boa gestão financeira e estarem em conformidade com as práticas habituais da organização, independentemente da sua fonte de financiamento;
 - e) Serem incorridos durante o período de implementação, à exceção dos custos relativos ao relatório final, avaliação final, auditoria e outros custos relacionados com o encerramento da ação em que se pode incorrer após o período de implementação;
 - f) Serem identificáveis e apoiados por documentos comprovativos, nomeadamente determinados e registados em conformidade com as práticas contabilísticas da organização;
 - g) Serem abrangidos por uma das subrubricas indicadas no orçamento previsional constante do anexo III e com as atividades descritas no anexo I;
 - h) Estarem em conformidade com a legislação fiscal e social aplicável tendo em conta os privilégios e imunidades da organização.
- 18.2 Os seguintes custos não podem ser considerados custos diretos elegíveis, podendo, no entanto, ser imputados como parte dos custos indiretos/remuneração: todos os custos elegíveis que, embora necessários e decorrentes da execução, estão a apoiar a execução da ação e não são considerados como parte das atividades que a União financia, tal como descrito no anexo I, incluindo os custos de gestão empresarial ou outros custos associados ao funcionamento normal da organização, tais como pessoal horizontal e de apoio, custos dos escritórios ou de equipamento (exceto quando devidamente justificados e descritos no anexo I, como, por exemplo, um gabinete de projeto).
- 18.3 Os custos indiretos/remuneração devem ser declarados com base numa taxa fixa que não deve exceder 7 % do montante total dos custos diretos elegíveis, a reembolsar pela autoridade contratante. Os custos indiretos/remuneração não precisam de ser comprovados por documentos contabilísticos. No que diz respeito às ações multidoadores e comparáveis, os custos indiretos/remuneração não podem ser superiores aos cobrados pela organização por contribuições comparáveis.

- 18.4 Os seguintes custos não são elegíveis para financiamento da União:
- Prémios, provisões, reservas ou custos não relacionados com a remuneração. As contribuições dos empregadores para os fundos de pensão ou outros seguros geridos pela organização só podem ser elegíveis na medida em que não excedam os pagamentos efetivamente efetuados por esses regimes e que o montante previsto não seja superior à contribuição que poderia ter sido efetuada para um fundo externo;
 - Custo total do equipamento e dos ativos a menos que, no âmbito das ações externas da UE e da PESC, o ativo ou equipamento seja adquirido especificamente para a ação e a propriedade seja transferida em conformidade com o artigo 9;
 - Direitos, impostos e encargos, incluindo o IVA, que são recuperáveis/dedutíveis pela organização;
 - Rentabilidade do capital;
 - Dívidas e encargos do serviço das dívidas;
 - Provisões por perdas, dívidas atuais ou futuras eventuais;
 - Encargos bancários faturados sobre as transferências por parte da autoridade contratante;
 - Custos incorridos durante o período de suspensão da aplicação da convenção/cordo, exceto os custos mínimos acordados em conformidade com o artigo 12.8;
 - Custos declarados pela organização no âmbito de outra convenção financiada pelo orçamento da União Europeia (nomeadamente, através do Fundo Europeu de Desenvolvimento);
 - Contribuições em espécie. Os custos do pessoal afetado à ação e efetivamente suportados pela organização não são uma contribuição em espécie e podem ser declarados como custos diretos elegíveis se satisfizerem as condições definidas no artigo 18.1;
 - Custos de aquisição de terrenos ou edifícios, salvo disposição em contrário das Condições Especiais;
 - Para as subvenções AP: Custos salariais do pessoal das administrações nacionais, salvo disposição em contrário das Condições Especiais e se estiverem relacionados com atividades que não seriam executadas pela autoridade pública competente se a ação em causa não tivesse sido empreendida.

Opções simplificadas em matéria de custos

- 18.5 Os custos diretos elegíveis podem também ser declarados recorrendo a qualquer das seguintes opções: custos unitários, montantes fixos, taxas fixas ou uma combinação destas opções. Os métodos utilizados pela organização para determinar os custos unitários, os montantes fixos ou as taxas fixas devem ser conformes com os princípios enunciados nos artigos 18.1, 18.2 e 18.4, ser claramente descritos e justificados no anexo III, evitar o financiamento duplo de despesas e garantir razoavelmente que nenhum lucro é gerado. Estes métodos devem basear-se nos dados contabilísticos efetivos ou históricos da organização, nas suas práticas contabilísticas habituais ou em informações externas, se disponíveis e adequadas.
- 18.6 Os custos declarados no quadro das opções de custos simplificados não têm de ser corroborados por documentos contabilísticos ou comprovativos, exceto se forem necessários para demonstrar que as despesas foram declaradas em conformidade com o método acordado ou práticas de contabilidade de custos e que as condições qualitativas e quantitativas definidas nos anexos I e III foram respeitadas.
- 18.7 No que diz respeito aos custos de pessoal, o custo unitário (taxa horária, diária ou meia-diária) é calculado utilizando o número de unidades produtivas anuais (respetivamente, número de horas, dias ou meios-dias produtivos).
- a) Para o número de unidades de trabalho anuais, a organização pode escolher uma das seguintes opções:
- 1 720 horas, 215 dias ou 430 meios-dias para as pessoas que trabalham a tempo inteiro (ou o montante proporcional correspondente para as pessoas que não trabalham a tempo inteiro);
 - o número total de horas, dias ou meios-dias em que a pessoa em causa trabalhou durante o ano para a organização, definido como as horas, dias ou meios-dias de trabalho anual da pessoa em causa (de acordo com o contrato de trabalho, convenção de trabalho aplicável ou legislação nacional), acrescido das horas extraordinárias efetivas e depois de deduzidas as ausências (como licença por doença ou licença especial);

- iii) o número habitual de horas, dias ou meios-dias por ano aplicado, em geral, pela organização ao seu pessoal de acordo com as suas práticas habituais de contabilidade de custos. Este número deve ser, pelo menos, de 90 % do número habitual de horas, dias ou meios-dias de trabalho por ano.

Para efeitos do disposto nas subalíneas ii) e iii), por horas, dias ou meios-dias de trabalho anual habitual, entende-se o período durante o qual o pessoal deve estar a trabalhar, encontrar-se à disposição da organização e no exercício da sua atividade ou das suas funções no âmbito do contrato de trabalho, da convenção coletiva de trabalho aplicável ou legislação nacional em matéria de tempo de trabalho;

- b) O número de unidades efetivas (horas, dias ou meios-dias) declarado pela organização deve ser necessário para a execução da ação e identificável e controlável.

18.8 O montante total declarado com base em opções de custos simplificados não pode exceder 60 000 EUR, salvo disposição em contrário das Condições Especiais. O limiar de 60 000 EUR não se aplica aos custos de pessoal determinados com base nas práticas contabilísticas habituais da organização, como referido no artigo 18.7, nem aos custos dos gabinetes de projetos declarados utilizando um método de repartição simplificado, tal como previsto nas Condições Especiais.

18.9 Se a verificação revelar que os métodos utilizados pela organização para determinar os custos unitários, montantes fixos ou taxas fixas não são conformes com as condições estabelecidas na presente convenção/acordo, a autoridade contratante tem o direito de proceder à recuperação proporcionalmente até ao montante dos custos unitários, montantes fixos ou taxas fixas.

18.10 A pedido da organização, a Comissão Europeia pode validar *ex ante* a conformidade dos métodos utilizados para determinar os custos unitários, os montantes fixos ou as taxas fixas ou as práticas habituais de contabilidade de custos. Nesse caso, os custos declarados em conformidade com esses métodos e práticas contabilísticas não serão postos em causa pelos controlos *ex post* se a organização não tiver ocultado quaisquer informações para efeitos da sua aprovação.

Artigo 19: Pagamentos

19.1 As modalidades de pagamento são as seguintes:

- a) A autoridade contratante transfere uma primeira parcela de pré-financiamento, como estabelecido no artigo 4.1 das Condições Especiais, no prazo de 30 dias a contar da receção da presente convenção/acordo assinada(o) por ambas as partes;
- b) A organização pode apresentar um pedido para um pagamento subsequente de pré-financiamento para o período de relato seguinte em conformidade com o disposto no artigo 4 das Condições Especiais. As disposições a seguir enunciadas aplicam-se:
 - i) por «período de relato», entende-se um período de doze meses, salvo disposição em contrário das Condições Especiais. Se o período restante até ao final da ação for no máximo de 18 meses, o período de relato deve abrangê-lo integralmente;
 - ii) Se no final do período de relato menos de 70 % do pagamento imediatamente precedente (e 100 % dos pagamentos anteriores, se for caso disso) tiver sido objeto de um compromisso jurídico com um terceiro, o pagamento do pré-financiamento deve ser reduzido no montante correspondente à diferença entre 70 % do pagamento de pré-financiamento (e 100 % dos pagamentos anteriores, se for caso disso) e a parte dos anteriores pagamentos de pré-financiamento que tenham sido objeto de um compromisso jurídico;
 - iii) A organização pode apresentar um pedido de outro pagamento de pré-financiamento antes do termo do período abrangido pelo relatório, uma vez que mais de 70 % do pagamento imediatamente anterior (e 100 % dos pagamentos anteriores, se for caso disso) tenha sido pago pela organização ao seu pessoal ou de outro modo sujeito a um compromisso jurídico com um terceiro. Neste caso, o período de relato seguinte recomeça a correr a partir da data de termo do período abrangido por este pedido de pagamento;
- c) No termo do período de implementação, a organização deve apresentar um pedido de pagamento do saldo, sempre que aplicável, juntamente com o relatório final. O montante do saldo deve ser determinado em conformidade com o disposto no artigo 20, após a aprovação do pedido de pagamento do saldo e do relatório final;

- d) A autoridade contratante deve proceder ao pagamento das parcelas subsequentes de pré-financiamento e ao pagamento do saldo no prazo de 90 dias a contar da receção de um pedido de pagamento acompanhado de um relatório intercalar ou do relatório final, a menos que o prazo de pagamento tenha sido suspenso de acordo com os artigos 12 ou 13.
- 19.2 Os pedidos de pagamento devem ser acompanhados de relatórios narrativos e financeiros apresentados em conformidade com o artigo 3. Os pedidos de pagamentos de pré-financiamento e o pedido de pagamento do saldo devem ser elaborados na moeda da convenção/acordo, tal como especificado nas Condições Especiais. Com exceção da primeira parcela de pré-financiamento, os pagamentos são efetuados mediante a aprovação do pedido de pagamento acompanhado de um relatório intercalar ou do relatório final. O montante final deve ser fixado em conformidade com o disposto no artigo 20. Se o saldo for negativo, o pagamento do saldo assume a forma de uma recuperação.
- 19.3 A aprovação dos pedidos de pagamento e dos relatórios que os acompanham não implica o reconhecimento da sua regularidade, nem do carácter autêntico, completo e correto das declarações e informações neles contidas.
- 19.4 A autoridade contratante deve efetuar os pagamentos na moeda da convenção/acordo, tal como especificado nas Condições Especiais na conta bancária referida na ficha de identificação financeira constante do anexo IV.

Juros de mora

- 19.5 Em caso de atraso no pagamento dos montantes indicados no artigo 4 das Condições Especiais, são aplicáveis as seguintes condições:
- a) Quando expirar o prazo para os pagamentos previstos no artigo 19.1, se a organização não for um Estado-Membro da UE, deve receber juros de mora com base na taxa aplicada pelo Banco Central Europeu às suas operações principais de refinanciamento em euros («taxa de referência»), acrescida de três pontos e meio percentuais. A taxa de referência é a taxa em vigor no primeiro dia do mês em que termina o prazo de pagamento, publicada na série C do Jornal Oficial da União Europeia;
 - b) A suspensão do prazo para o pagamento pela autoridade contratante em conformidade com os artigos 12 ou 13 não deve ser considerada um atraso de pagamento;
 - c) Os juros de mora devem cobrir o período decorrido entre o dia seguinte ao termo do prazo de pagamento até à data do pagamento efetivo inclusive, tal como estabelecido no artigo 19.1. Os eventuais pagamentos parciais devem ser imputados em primeiro lugar ao pagamento dos juros de mora;
 - d) Em derrogação do disposto na alínea c), se os juros calculados em conformidade com a presente disposição forem inferiores ou iguais a 200 EUR, a autoridade contratante só deve pagar esses juros à organização mediante pedido desta, o qual deve ser apresentado no prazo de dois meses a contar da receção do pagamento em atraso;
 - e) Em derrogação do disposto na alínea c), quando a autoridade contratante não for a Comissão Europeia, e a Comissão Europeia não efetuar os pagamentos, a organização tem direito ao pagamento de juros de mora, mediante pedido apresentado no prazo de dois meses a contar da receção do pagamento em atraso;
 - f) Para efeitos do artigo 23.2, os juros não devem ser tratados como receitas.

Artigo 20: Montante final da contribuição da UE

- 20.1 A autoridade contratante determina o montante final da contribuição da UE aquando da aprovação do relatório final da organização. A autoridade contratante determina em seguida o saldo:
- a) A pagar à organização, em conformidade com o disposto no artigo 19, sempre que o montante final da contribuição da UE seja superior ao total dos montantes já pagos à organização; ou
 - b) A recuperar junto da organização, em conformidade com o disposto no artigo 15, sempre que o montante final da contribuição da UE seja inferior ao total dos montantes já pagos à organização.

- 20.2 Sem prejuízo do disposto no artigo 23, o montante final deve ser o mais baixo dos montantes seguintes:
- a) O montante máximo da contribuição da UE a que se refere o artigo 3.1 (para os acordos de delegação) e o artigo 3.2 (para as convenções de subvenção AP) das Condições Especiais em termos de valor absoluto;
 - b) O montante obtido após a redução da contribuição da UE, em conformidade com o artigo 20.3;
 - c) Unicamente para as convenções de subvenção AP, o montante resultante da aplicação da percentagem fixada no artigo 3.2 das Condições Especiais para os custos elegíveis da ação aprovados pela autoridade contratante.
- 20.3 Em caso de não execução, de execução incorreta ou de execução parcial ou tardia da ação, a autoridade contratante pode, após ter dado à organização a oportunidade de apresentar as suas observações, reduzir a contribuição da UE de modo proporcional à gravidade das situações acima referidas. Em caso de desacordo entre a organização e a autoridade contratante quanto à redução, a organização pode remeter o assunto para o diretor responsável na Comissão Europeia.

Parte II: Disposições suplementares aplicáveis unicamente aos acordos de delegação

Artigo 21: Publicação *ex post* das informações sobre os contratantes e os beneficiários de subvenções

- 21.1 A organização deve publicar anualmente, no seu sítio *Web*, as seguintes informações sobre os contratos públicos de valor superior a 15 000 EUR e todas as subvenções financiadas pela UE: designação do contrato/projeto, natureza e objeto do contrato/projeto, nome e localidade do contratante ou do beneficiário da subvenção e montante do contrato/projeto. Por «localidade», deve entender-se, para as pessoas coletivas, o endereço, e, para as pessoas singulares, a região do nível NUTS³ 2 ou equivalente. Estas informações não devem ser publicadas relativamente às bolsas pagas a pessoas singulares e a outro apoio direto pago às pessoas singulares mais necessitadas. Essas informações devem ser publicadas no respeito dos requisitos de confidencialidade e segurança, nomeadamente da proteção dos dados pessoais. A publicação não é exigida se essa divulgação ameaçar comprometer os direitos e as liberdades, conforme consagrados na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, ou prejudicar os interesses comerciais dos contratantes ou dos beneficiários de subvenções.
- 21.2 A organização deve comunicar à Comissão Europeia o endereço do sítio *Web* em que figuram estas informações e autorizar a publicação deste endereço no sítio *Web* da Comissão Europeia.
- 21.3 No domínio das ações externas da UE, quando a ação é uma ação multidoadores e a contribuição da União Europeia não foi afetada a um fim específico, a publicação das informações relativas aos contratantes e aos beneficiários de subvenções deve respeitar as regras da organização.

Artigo 22: Contratação e sistema de deteção precoce e de exclusão

Adjudicação de contratos

- 22.1 Os contratos públicos e os contratos de subvenção que executam a contribuição da UE devem ser assinados até ao final do prazo de adjudicação dos contratos previsto no artigo 2.4 das Condições Especiais. Após o final do prazo de adjudicação dos contratos, só poderão ser assinados contratos que se sigam a uma denúncia antecipada de um contrato existente, aditamentos a contratos existentes e contratos relativos às auditorias e avaliação finais.
- 22.2 Salvo disposição em contrário nas Condições Especiais, a origem dos fornecimentos e a nacionalidade das organizações, empresas e peritos selecionados para a execução de atividades no âmbito da ação devem ser determinadas em conformidade com as regras aplicáveis da organização. Em todo o caso, são igualmente elegíveis os fornecimentos, organizações, empresas e peritos que sejam elegíveis em conformidade com as disposições regulamentares da União Europeia.
- 22.3 A organização deve adotar medidas razoáveis, em conformidade com os seus próprios regulamentos e disposições, para garantir que os potenciais candidatos ou proponentes e requerentes sejam excluídos

³ Nomenclatura das Unidades Territoriais Estatísticas, disponível em: <http://ec.europa.eu/eurostat/ramon>.

da participação num procedimento de adjudicação de contratos ou de concessão de subvenções e da adjudicação de contratos públicos ou de contratos de subvenção financiados pelos fundos da UE, caso a organização tenha conhecimento de que estas entidades:

- a) Ou pessoas com poderes de representação, de decisão ou de controlo sobre elas, tenham sido objeto de uma sentença transitada em julgado ou de decisão administrativa definitiva por motivos de fraude, corrupção, participação numa organização criminosa, branqueamento de capitais, atividades terroristas, trabalho infantil ou tráfico de seres humanos;
- b) Ou pessoas com poderes de representação, de decisão ou de controlo sobre elas, tenham sido objeto de uma sentença transitada em julgado ou de decisão administrativa definitiva por uma terem cometido uma irregularidade lesiva dos interesses financeiros da UE;
- c) Sejam culpadas de falsas declarações na prestação das informações solicitadas como condição de participação no processo ou de não prestação das referidas informações.

Sistema de deteção precoce e de exclusão

- 22.4 A organização deve informar a Comissão Europeia se, no que diz respeito à execução da ação, tiver verificado que um terceiro se encontra numa das situações referidas no artigo 22.3, alíneas a) e b), ou se tiver detetado uma fraude e/ou irregularidade em conformidade com o disposto no artigo 2.2. A Comissão Europeia introduzirá esta informação no sistema de deteção precoce e de exclusão. A organização deve informar a Comissão Europeia quando tiver conhecimento de que a informação transmitida precisa de ser retificada, atualizada ou suprimida. A organização deve assegurar que a entidade em causa é informada de que os seus dados foram transmitidos à Comissão Europeia e podem ser incluídos no sistema de deteção precoce e de exclusões e ser publicados no sítio *Web* da Comissão Europeia. Estes requisitos terminam no final do período de implementação.
- 22.5 Sem prejuízo das competências da Comissão Europeia para excluir uma entidade de futuros contratos e subvenções financiados pela UE, a organização pode impor sanções financeiras aos contratantes e aos beneficiários de subvenções em conformidade com as seus próprios regulamentos e disposições, assegurando, se for caso disso, o direito de defesa do contratante ou do beneficiário da subvenção.
- 22.6 A organização pode ter em conta, conforme adequado e sob a sua própria responsabilidade, as informações contidas no sistema de deteção precoce e de exclusão aquando da aplicação dos fundos da UE. O acesso às informações pode ser concedido através das pessoas autorizadas ou por consulta à Comissão Europeia, tal como referido no artigo 5.6 das Condições Especiais⁴.

PARTE III: Disposições suplementares aplicáveis unicamente às subvenções AP

Artigo 23: Ausência de lucro

- 23.1 A contribuição da UE não pode gerar lucro no quadro da ação, salvo disposição em contrário do artigo 7 das Condições Especiais. Entende-se por «lucro», um excedente das receitas relativamente aos custos elegíveis aprovados pela autoridade contratante à data da apresentação do pedido de pagamento do saldo.
- 23.2 As receitas a ter em conta são as receitas consolidadas na data da apresentação pela organização do pedido de pagamento que se incluam numa das duas categorias seguintes:
- a) Rendimentos gerados pela ação, salvo disposição em contrário das Condições Especiais;
 - b) Contribuições financeiras especificamente afetadas pelos doadores ao financiamento dos mesmos custos elegíveis financiados pela convenção e declaradas pela organização como custos reais ao abrigo da convenção. Uma eventual contribuição financeira, que possa ser utilizada pela organização para cobrir outros custos que não os elegíveis nos termos da presente convenção ou que não seja devida ao

⁴ A organização será autorizada a ter acesso direto ao sistema de deteção precoce e de exclusão através de uma pessoa autorizada quando a organização certificar o serviço responsável da autoridade contratante de que aplica as medidas de proteção dos dados adequadas, tal como previsto no Regulamento (CE) n.º 45/2001 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de dezembro de 2000, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais pelas instituições e pelos órgãos comunitários e à livre circulação desses dados (JO L 8 de 12.1.2001, p. 1).

doador se não tiver sido utilizada até ao final da ação, não é considerada receita a ter em conta para efeitos de saber se a contribuição da UE gerou um lucro no quadro da ação.

- 23.3 Se o montante final da contribuição da UE determinado nos termos da convenção resultar em lucro, deve ser reduzido pelo valor da percentagem do lucro correspondente à contribuição final da UE aos custos elegíveis efetivamente incorridos aprovados pela autoridade contratante.
- 23.4 As disposições estabelecidas nos artigos 23.1 a 23.3 não se aplicam a:
- a) Ações cujo objetivo seja reforçar a capacidade financeira da organização se tal for especificado no artigo 7 das Condições Especiais;
 - b) Ações que gerem rendimentos que permitam assegurar a sua continuidade após o termo da presente convenção, se tal for especificado no artigo 7 das Condições Especiais;
 - c) Contribuições da UE num montante igual ou inferior a 60 000 EUR.

Artigo 24: Adjudicação de contratos

- 24.1 Se a execução da ação exigir a adjudicação de bens, obras ou serviços, a organização deve adjudicar os contratos públicos à proposta economicamente mais vantajosa ou, conforme adequado, à proposta que ofereça o preço mais baixo. Deste modo, deve evitar eventuais conflitos de interesses. Se as regras e procedimentos de adjudicação de contratos da organização tiverem sido avaliados positivamente pela Comissão Europeia, os contratos públicos adjudicados em conformidade com as regras e os procedimentos são considerados como estando em conformidade com os princípios supracitados.
- 24.2 No domínio das relações externas da UE: se a organização ou outro doador cofinanciar a ação sem que seja uma contribuição em espécie para a ação, a origem dos fornecimentos e a nacionalidade das organizações, empresas e peritos selecionados para a execução de atividades no âmbito da ação serão determinadas em conformidade com os regulamentos e as disposições da organização. Em todo o caso, são igualmente elegíveis os fornecimentos, organizações, empresas e peritos que sejam elegíveis em conformidade com as disposições regulamentares da União Europeia.